

## **Crenças acerca da Violência Doméstica Em Diferentes Classes Profissionais Ligadas À Elaboração e Execução da Legislação em Vigor**

Teresa Matos & Victor Cláudio

Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa

O objectivo deste estudo passou por avaliar as crenças acerca da violência doméstica presentes em profissionais que lidam com esse tipo de situações diariamente.

Analisámos as crenças acerca da violência doméstica em agentes da Polícia de Segurança Pública, militares da Guarda Nacional Republicana, magistrados do Ministério Público, juízes do Tribunal Penal e deputados da Assembleia da República em Portugal, utilizando para isso a Escala de Crenças acerca da Violência Doméstica desenvolvida por Machado, Matos e Gonçalves (2006).

Os resultados indicam que os profissionais inquiridos tendem a não verbalizar crenças de legitimação da violência conjugal, expressando discórdia perante atitudes de passividade e desculpabilização relativamente a situações deste género. Questões metodológicas e implicações para futuras investigações são apresentadas e discutidas.

Palavras-chave: violência doméstica, crenças, área judicial, área policial

### **1. INTRODUÇÃO**

Quando desenvolvemos qualquer tarefa ou analisamos qualquer situação do quotidiano, utilizamos os nossos recursos cognitivos de forma a sermos capazes de navegar de forma eficaz entre os incontáveis estímulos ao nosso alcance. As teorias cognitivas, e em especial a Teoria Cognitiva de Beck (1979, 1990), defendem portanto que não são as situações em si que determinam as emoções e sentimentos do indivíduo, mas sim a forma como este vai interpretar essas mesmas situações.

Segundo Beck (1979; 1990) e Beck (1997) a forma como interpretamos e avaliamos aquilo que nos rodeia depende em grande medida de fenómenos cognitivos dotados de alguma estabilidade: as crenças. Segundo estes autores, as crenças são desenvolvidas desde a infância e ao longo da vida do indivíduo, sendo fortemente modeladas e influenciadas pelas experiências e pelo contexto em que este se insere (Beck, 1990; Beck, 1997). Enquanto conteúdos específicos dos esquemas cognitivos, as crenças desempenham um papel fundamental no processo de processamento cognitivo da informação (processo este que se inicia na selecção da informação, passa por uma activação afectiva e motivacional e culmina na implementação de uma estratégia) (Beck, 1979; 1990).

Apesar da sua importância, as crenças são conceitos extremamente difíceis de medir ou quantificar, em grande medida pelo seu carácter profundo e pouco acessível à consciência (Beck, 1997). Assim, a forma mais comum de analisar as crenças passa pelo estudo das atitudes do indivíduo, descritas como predisposições para avaliar determinados objectos de forma favorável ou desfavorável, por estas serem uma expressão directa das crenças do indivíduo (Ajzen & Cote, 2008; Schwarz, 2008). As atitudes são conceitos extremamente interessantes na medida em que ficou já demonstrado empiricamente que exercem forte influência sobre o comportamento e processos de tomada de decisão do indivíduo, quer seja de forma directa ou indirecta (Ajzen, 1988; Fazio, 1990).

Os conceitos de crença e atitude podem ser utilizados para compreender uma grande variedade de fenómenos, entre os quais se conta uma problemática actual de extrema relevância: a violência doméstica. Este tipo de violência, pelas suas características e especificidades, revela-se de difícil definição e o seu estudo reveste-se de algumas particularidades.

A presente investigação baseou-se no seguinte raciocínio: se por um lado sabemos que as crenças e atitudes influenciam o comportamento dos indivíduos, e sabemos também que certas profissões desempenham papéis fundamentais na forma como a sociedade lida com a violência conjugal (aquelas que elaboram ou executam a legislação acerca deste tema) então fará todo o sentido e será cientificamente relevante estudar as crenças destes profissionais (de forma a melhor compreendermos a forma como eles actuam).

## **2. MÉTODO**

### **2.1 Objectivos do estudo:**

Na inexistência de literatura científica com este tipo de delineamento experimental, não possuímos uma base teórica suficientemente sólida que nos permita formular hipóteses experimentais. Assim, este estudo teve um carácter exploratório, e foi guiado por objectivos de investigação que traduzem as questões consideradas mais pertinentes.

Assim, este estudo teve como meta a realização de uma análise das respostas dos indivíduos inquiridos, e o estudo da relação entre diversas variáveis (profissão, género, idade, habilitações literárias e estado civil) e as crenças expressas pelos indivíduos.

## 2.2 Procedimento

O presente estudo foi realizado com indivíduos pertencentes a diversos grupos profissionais, tendo a recolha dos dados sido realizada na zona da Grande Lisboa.

Foram contactadas diversas instituições (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Centro de Estudos Judiciários, Conselho Superior da Magistratura, Procuradoria Geral da República e os diversos partidos políticos representados na Assembleia da República), de forma a obter as autorizações necessárias à recolha dos dados junto das diversas populações pretendidas.

O preenchimento dos questionários foi realizado de forma totalmente anónima, tendo apenas sido recolhidas as informações que constam nos mesmos (idade, estado civil...). Os dados recolhidos foram depois inseridos no software SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 17.0 para Windows, e foi construída uma base de dados a partir da qual os dados puderam ser tratados e comparados.

## 2.3 Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo foi a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECDV) de Machado, Matos e Gonçalves (2006). Esta escala, de tipo “papel e lápis” e de auto-preenchimento, é composta por 25 afirmações e permite “avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações de tipo conjugal” (Machado, Matos & Gonçalves, 2006). Pode ser aplicada individualmente ou em grupo, e não tem tempo limite.

Cada item é seguido de uma escala de respostas ordinal de 5 pontos, tipo Likert, na qual 1 corresponde a “discordo totalmente”, 2 a “discordo”, 3 a “não concordo nem discordo”, 4 a “concordo” e 5 a “concordo totalmente”. Os itens são depois cotados de 1 a 5 pontos consoante as respostas dadas, sendo que todos os itens estão formulados no mesmo sentido.

Podem também ser discriminadas 4 sub-escalas, ou factores, que segundo Machado, Matos e Gonçalves (2006) explicam grandes percentagens da variância deste instrumento e nos permitem perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas na tolerância à violência. São eles o factor “Legitimação e banalização da pequena violência”, “Legitimação da violência pela conduta da mulher”, “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”, e “Legitimação da violência pela

preservação da privacidade familiar”. A pontuação de cada um destes factores é calculada através da soma da pontuação dos itens que a integram.

## 2.4 Participantes

A amostra utilizada neste estudo foi constituída por 308 indivíduos, distribuídos por cinco classes profissionais diferentes:

- 108 agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) de esquadras situadas na zona metropolitana de Lisboa (Arroios, Bairro Padre Cruz, Bela Vista, Benfica, Carnide, Chelas/Zona J, Olivais, Parque das Nações, Penha de França e Rato);
- 101 militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Postos Territoriais situados na zona da Grande Lisboa (Alcabideche, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Castanheira do Ribatejo, Colares, Ericeira, Mafra, Santa Cruz e Torres Vedras);
- 61 magistrados do Ministério Público;
- 26 deputados dos 6 grupos parlamentares representados na Assembleia da República durante a X Legislatura: Partido Socialista (PS), Partido Social-Democrata (PSD), Coligação Democrática Unitária (CDU, composta pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista “Os Verdes”), Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP) e Bloco de Esquerda (BE);
- 12 juízes em funções nos Tribunais Penais;

Dos 308 indivíduos inquiridos, 235 (77%) eram do género masculino e 72 (23%) eram do género feminino. Um dos indivíduos inquiridos não preencheu esta questão.

No que diz respeito às idades dos indivíduos, constata-se que a maioria da amostra se situava na faixa etária compreendida entre os 20 e os 30 anos de idade (117 indivíduos, 37,9%). Os restantes indivíduos distribuam-se por faixas etárias da seguinte forma: 97 indivíduos situavam-se na faixa dos 31-40 anos (31,5%), 68 indivíduos situavam-se na faixa dos 41-50 anos (22,1%) e 26 indivíduos incluíam-se na faixa dos maiores de 51 anos (8,4%). O indivíduo mais novo tinha 21 anos de idade, e o mais velho tinha 64. A média de idades da amostra foi de 35 anos, com um desvio padrão de 9,3.

No que se refere às habilitações académicas dos inquiridos, constata-se que 15 (4,9%) não chegaram a completar o 9º ano de escolaridade, 70 (22,8%) completaram o 9º ano, 107 (34,8%) completaram o ensino secundário e 115 (37,4%) completaram o

ensino superior, tendo obtido bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento. Um dos indivíduos inquiridos não preencheu esta questão.

Se analisarmos o estado civil dos inquiridos, concluímos que a maioria é casada ou vive em união de facto (158 indivíduos, 51,3%). Os restantes indivíduos distribuíam-se da seguinte forma: 122 solteiros (39,6%), 26 divorciados ou separados (8,4%) e 2 viúvos (0,7%).

### 3. RESULTADOS

Antes de proceder à testagem estatística das diversas questões científicas que nos propusemos estudar, procedemos ao cálculo da consistência interna da escala. Esta foi analisada através do coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach. O valor encontrado (0,925) pode ser considerado excelente, e está em consonância com o valor encontrado pelos autores (0,93). Este valor não melhoraria significativamente se eliminássemos alguma questão da escala, variando nesse caso entre 0,920 e 0,928. Os valores do Alfa de Cronbach dos quatro factores revelaram-se também satisfatórios. Concluímos assim que, a partir dos dados que recolhemos, a escala se mostra adequadamente consistente para a investigação desenvolvida.

Numa primeira análise dos dados obtidos, verificou-se que a amostra estudada obteve uma pontuação média de 43,54 pontos, com um desvio-padrão de 12,39 (sendo que esta pontuação poderia variar entre os 25 e os 125 pontos). A pontuação mínima obtida foi de 25 pontos, e a máxima foi de 92 pontos.

Considerámos que seria interessante perceber quais os padrões de resposta dos indivíduos, averiguando quais as respostas mais comuns aos itens da escala. Com este fim, constatou-se que os 308 indivíduos que participaram nesta investigação originaram um total de 7700 respostas (aos 25 itens do questionário). A partir destas respostas foi realizado um cálculo dos somatórios das pontuações, separando-os depois pelos cinco tipos de resposta que o questionário permite.

Constatámos assim que a maioria das respostas (6499, cerca de 84%) correspondia a discordância total ou discordância com as afirmações fornecidas, enquanto apenas em 5,4% das afirmações os indivíduos manifestaram concordância ou concordância total com as mesmas.

Para efeitos de comparação, foi também calculada a média das respostas aos itens que compõem os quatro factores da escala (os factores não podem ser comparados através de somatórios simples porque o número de itens que compõe cada factor não é

homogéneo). Estes cálculos permitiram-nos concluir que existe uma tendência para resultados mais elevados no factor “Legitimação e banalização da pequena violência” ( $m=24,33$ ), o que nos indica que os sujeitos inquiridos tenderam a concordar mais com os itens que compõem este factor do que com os restantes.

Procedeu-se então ao estudo dos cinco objectivos que regeram esta investigação, já referidos neste trabalho na secção “Objectivos”. Para esse efeito, foi utilizado como referência (para aceitar ou rejeitar a hipótese nula) um nível de significância de  $(\alpha) \leq 0,05$ .

### **3.1 Objectivo A – A profissão influencia significativamente o grau de legitimação e banalização da violência conjugal?**

Através do teste ANOVA foram comparados os resultados obtidos pelos diferentes grupos profissionais, no que se refere aos quatro factores (ou subescalas) e ao valor global da escala. Constatou-se a existência de diferenças significativas em todos estes parâmetros. O teste de Tukey permitiu-nos discernir entre que profissões essas diferenças se manifestaram, tendo mostrado que os militares da GNR obtiveram valores mais elevados em todos os factores e na escala em geral, principalmente quando comparados com os deputados e magistrados do MP.

Este teste mostrou também que os juizes ( $m=25,66$ ) obtiveram resultados significativamente mais elevados do que os deputados ( $m=19,88$ ) no factor “Legitimação e banalização da pequena violência” e na escala em geral ( $m=43,83$  vs  $m=35,92$ ), e que os agentes da PSP ( $m=17,47$ ) obtiveram resultados significativamente mais elevados do que os deputados ( $m=13,34$ ) e do que os magistrados do MP ( $m=13,37$ ) no factor “Legitimação da violência pela conduta da mulher”.

### **3.2 Objectivo B – O género influencia significativamente o grau de legitimação e banalização da violência conjugal?**

Através do teste t de Student foram comparados os resultados entre géneros, no que se refere aos quatro factores e ao valor global da escala. Analisando os dados obtidos, constata-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em todos os factores, e também na escala global.

Através de uma análise descritiva dos dados, averiguou-se então em que sentido se exprimiam essas diferenças, e constatámos que os homens obtiveram sempre resultados

significativamente mais elevados do que as mulheres, nos quatro factores e na escala em geral.

### **3.3 Objectivo C – A idade influencia significativamente o grau de legitimação e banalização da violência conjugal?**

Através do teste ANOVA foram comparados os resultados dos diferentes escalões etários estudados, no que se refere às quatro subescalas e ao valor global da escala. Encontrou-se apenas uma diferença estatisticamente significativa no factor “Legitimação da violência pela conduta da mulher”,  $F(3;304)= 2,787$ ,  $p=0,041$ .

O teste de comparação múltipla a posteriori de Tukey indicou-nos que as diferenças significativas se encontram entre os sujeitos do escalão etário 20-30 anos ( $m=17,85$ ) e os do escalão etário 31-40 anos ( $m=15,94$ ), e entre os sujeitos do escalão etário 20-30 e os do escalão  $> 51$  anos ( $m=15,23$ ), sendo que os sujeitos mais novos são os que obtêm valores mais elevados nesta escala.

### **3.4 Objectivo D – As habilitações académicas influenciam significativamente o grau de legitimação e banalização da violência conjugal?**

Através do teste ANOVA foram comparados os resultados obtidos pelos sujeitos dos diversos níveis de habilitações académicas, no que se refere aos quatro factores e ao valor global da escala. Analisando os dados obtidos, constata-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em todos os factores, e também na escala global.

Através do teste a posteriori de Tukey, averiguou-se então quais os níveis de habilitações académicas que mostraram diferenças, e quais apresentaram valores mais elevados. Concluímos que os indivíduos que não completaram o 9º ano obtiveram valores mais elevados do que todos os outros grupos em todos os factores e na escala em geral. Além disso, os indivíduos com o 9º ano de escolaridade também obtiveram sempre valores mais elevados do que aqueles com o ensino superior.

### **3.5 Objectivo E – O estado civil influencia significativamente o grau de legitimação e banalização da violência conjugal?**

Para a realização deste teste, foram excluídos da amostra os dois indivíduos viúvos, que pelo seu pequeno número não dispõem de representatividade suficiente. Através do teste ANOVA foram comparados os resultados obtidos pelos sujeitos com

diferentes estados civis, no que se refere aos quatro factores e ao valor global da escala. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

#### 4. DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, é importante salientar que no geral os resultados mostram que os profissionais inquiridos tendem a não expressar crenças de legitimação da violência doméstica, sendo que a grande maioria das respostas apontava para a não concordância com as afirmações do questionário. Os deputados em especial obtiveram valores sistematicamente baixos em todos os factores e na escala em geral, indicando uma posição de não-aceitação da violência doméstica enquanto fenómeno “normal” ou legitimável. Estes resultados estão de acordo com dados recentes (Berry, 2000; Gover, Brank & MacDonald, 2007, Straus, Kantor & Moore, 1997) que mostram a ocorrência de grandes progressos na forma de encarar e enfrentar este tipo de problema, que é cada vez mais considerado um crime grave que não pode ser ignorado.

Apesar de os níveis de legitimação em geral terem sido bastante baixos, é de notar que os sujeitos inquiridos mostraram alguma tendência para apresentar valores mais altos no factor “legitimação e banalização da pequena violência”. Nicolson e Wilson (2004), Burton (2008), Fernández (2006) e Munro (2008) dão-nos algumas pistas acerca dos motivos para este resultado, tendo descoberto que muitas pessoas manifestam dúvidas acerca daquilo que constitui ou não violência doméstica, hesitando em classificar alguns actos como tal (particularmente aqueles que não deixam marcas físicas visíveis, como bofetadas, empurrões ou insultos por exemplo).

Comparando os profissionais entre si, constatámos que os militares da GNR obtiveram valores significativamente mais elevados em todos os factores e na escala em geral, indicando uma maior propensão para atitudes de legitimação e desculpabilização da violência doméstica. Os agentes da PSP revelaram também valores mais elevados num dos factores (legitimação da violência pela conduta da mulher). Estas conclusões vêm corroborar estudos que indicam que existem membros das forças de segurança que manifestam ainda uma visão estereotipada e simplista do fenómeno da violência conjugal, o que pode mesmo originar comportamentos profissionais pouco adequados perante as vítimas (Busch, Robertson & Lapsley, 1995; Buzawa & Buzawa, 1996; Logan, Shannon & Walker, 2006; Russel & Light, 2006; Stalans & Finn, 2006; Stephens & Sinden, 2000; Williams, Gallo, Maldonado, Brino & Basso, 2000). Também os juizes obtiveram valores significativamente mais elevados do que os

deputados num dos factores (Legitimação e banalização da pequena violência) e na escala em geral, o que corrobora estudos como o de Busch et al (1995) que concluiu que é frequente entre os juízes a adopção de uma postura trivializante perante este tipo de crime.

No que diz respeito aos resultados entre géneros, constatámos que os homens obtiveram valores sistematicamente mais elevados do que as mulheres em todos os factores e na escala em geral, indicando uma posição mais desculpabilizante e de menor seriedade face a este tipo de problema, o que surge em concordância com outras investigações (Bryant & Spencer, 2003; Caron & Carter, 1997; Finn, 2005; Locke & Richman, 1999; Sun, 2007). Estes autores defendem também que as mulheres tendem a mostrar-se mais sensíveis a este tipo de situação, a empatizar mais com o papel feminino, a considerar a situação como mais grave, e a culpabilizar mais o homem pela ocorrência das agressões.

Relativamente aos resultados entre faixas etárias, observaram-se diferenças significativas entre os sujeitos mais jovens (20-30 anos), que obtiveram resultados mais elevados, e os sujeitos mais velhos (31-40 anos e maiores de 51 anos), nomeadamente no factor “legitimação da violência pela conduta da mulher”. Este resultado revela-se um pouco inesperado, não sendo corroborável pela literatura científica actual. Uma hipótese explicativa para estes dados pode estar relacionada com um fenómeno de dessensibilização perante a violência verificável nas camadas mais jovens da população, fenómeno esse ligado à exposição a elevados níveis de violência (por vezes extremamente gráfica) através dos media, filmes, publicidade, jogos de vídeo e outros meios (Bryant & Spencer, 2003; Wei, 2007).

Finalmente, ao analisarmos a relação entre os resultados obtidos e as habilitações académicas dos indivíduos, constatamos que quanto mais elevado o grau académico dos indivíduos mais baixos foram os resultados obtidos na escala, sendo que aqueles que possuem habilitações superiores (licenciaturas, mestrados, doutoramentos) obtiveram sempre os resultados mais baixos. Estes resultados estão de acordo com investigações levadas a cabo por Karaoglu, Celbis, Ercan, Ilgar, Pehlivan, Gunes, Genc e Egri (2006), Smith (1990) e Stickley, Kislitsyna, Timofeeva e Vagerö (2008). Não podemos no entanto deixar de colocar a hipótese de as habilitações superiores terem acarretado algum enviesamento, na medida em que o passado académico destes indivíduos faz com que tenham bastante familiaridade com o propósito deste tipo de estudos, além de

possuírem enorme experiência em assumir posições e opiniões “politicamente correctas”.

Constatámos portanto que a maioria dos resultados obtidos neste estudo estão em concordância com as investigações do mesmo género efectuadas noutros países (sendo a maioria originária de países anglo-saxónicos). No entanto, este estudo constituiu um grande passo em frente relativamente à literatura científica existente, pois além de constituir a primeira investigação do género alguma vez conduzida em Portugal foram também recolhidos e comparados dados provenientes de vários grupos profissionais diferentes ao invés de focar um grupo apenas. Além disso, os dados foram também analisados à luz de outras variáveis importantes, o que contribuiu para aumentar a riqueza do estudo.

## 5. CONCLUSÕES

Se é verdade que as nossas crenças cognitivas afectam e determinam o nosso comportamento, e a investigação científica nesse campo tem comprovado que assim é, então é extremamente importante e interessante estudar as crenças das pessoas cuja profissão inclui lidar com os aspectos legislativos e legais relacionados com a violência conjugal, ou interagir com as vítimas e/ou com os agressores.

Apesar de os resultados obtidos indicarem a ocorrência de grandes progressos na forma como a violência doméstica é encarada (tendo deixado de ser aceitável a adopção de atitudes permissivas, tolerantes ou que impliquem “fechar os olhos” a situações deste género), não podemos ter como certo que estas alterações públicas se traduzam em grandes alterações na esfera do privado. As dificuldades sentidas na recolha dos dados para este trabalho dão-nos algumas indicações neste sentido, na medida em que o tema do mesmo originou respostas de evitamento e de desconforto em alguns indivíduos. Os juizes e deputados, cujas profissões implicam enorme responsabilidade e visibilidade pública, foram também aqueles que se mostraram mais relutantes em participar (e o reduzido número de questionários obtidos espelha isso mesmo). Assim, podemos intuir que apesar de muitos assumirem publicamente posturas de severa condenação deste crime, não parece existir ainda frontalidade e abertura suficientes para uma abordagem totalmente desprovida de preconceitos e ideias pré-feitas.

É natural que as mudanças na sociedade se processem de forma lenta e gradual, e que primeiro se alterem regras, leis e hábitos, e só depois atitudes e convicções. Assim, e à luz dos resultados promissores desta investigação, esperamos que o facto de as

peessoas expressarem menos crenças de legitimação da violência doméstica seja um reflexo de alterações, graduais mas seguras, no sentido de um futuro no qual a violência entre cônjuges seja tratada universalmente como um crime grave, complexo e com o qual as diversas instituições têm de saber lidar de forma correcta, profissional e de forma a garantir, acima de tudo, os direitos das vítimas.

Este estudo forneceu-nos dados extremamente interessantes em termos científicos, entre os quais a constatação de que muitos indivíduos verbalizam uma tendência para desculpar mais facilmente actos de pequena violência, aparentando alguma dificuldade em definir exactamente quais os actos que cabem ou não no conceito de violência doméstica. Este tipo de constatação poderá ser aproveitado como ponto de partida para investigações futuras que incidam sobre um ou vários aspectos aqui discutidos, alargando e aprofundando o conhecimento técnico e científico que possuímos acerca deste tema.

Para além do avanço científico que este estudo almeja representar, os dados aqui obtidos poderão também servir como base para uma abordagem prática deste problema, na medida em que nos fornecem dados acerca de quais as populações que mais necessitam de algum tipo de formação acerca deste tema, e nos dão também indicações acerca das áreas ou crenças mais evidentes e portanto mais comuns, que deverão ser trabalhadas e discutidas por essas populações.

Assim, os resultados sugerem que muitos destes profissionais poderiam beneficiar bastante de algum tipo de actividade ou formação (curso, workshop, conferência...) acerca da grande complexidade inerente às situações de violência conjugal, de forma a desmistifica-las e desfazer algumas ideias pré-concebidas que estes profissionais possam ter. Os militares da Guarda Nacional Republicana, os juizes e os agentes da Polícia de Segurança Pública parecem ser aqueles que mais beneficiariam deste tipo de abordagem, mas o ideal seria que esta se estendesse a todos os profissionais que têm algum tipo de contacto com a violência doméstica nos seus vários contextos.

Em investigações futuras seria interessante obter dados de amostras de maior tamanho e com grupos mais equilibrados (relativamente aos géneros e às profissões). Seria também importante estudar os motivos para a baixa adesão de muitos participantes, como forma de melhorar a representatividade da amostra. Um interessante caminho de investigação poderia também passar pelo estudo das crenças manifestas (medidas através de escalas ou entrevistas) acompanhado de um estudo dos comportamentos de cada um (modo como respondem às vítimas, decisões judiciais

concretas, incidência de situações de agressão conjugal nas suas próprias vidas...). Assim, obter-se-iam dados mais consistentes e poder-se-ia observar a relação entre as crenças que os sujeitos dizem defender e a sua forma de agir.

Quanto mais dados obtivermos a cerca da forma como as pessoas vêem e pensam a violência doméstica actualmente, mais fácil será a criação e adaptação de medidas eficazes para o seu combate, seja junto da população em geral ou junto de quem intervém directamente neste tipo de situações e detém poder e influência para, aos poucos, tornar a experiência das vítimas o menos traumática possível.

Esperamos com esta investigação ter ajudado a trazer um pouco de luz a um tema ainda envolto em obscuridade e segredo, e que o acto de procurar compreender melhor um fenómeno tão complexo e intrincado nos permita encontrar novos meios e novas oportunidades de, aos poucos, abandonar formas simplistas de encarar aquilo que é, essencialmente, uma grave agressão e uma clara violação dos Direitos Humanos.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de agradecer à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana, ao Centro de Estudos Judiciários, à Procuradoria-Geral da República, ao Conselho Superior da Magistratura, aos vários partidos políticos e a todos os agentes, militares, magistrados, juizes e deputados que gentilmente acederam a participar nesta investigação.

## **CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA**

Teresa Matos

Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

Email: [ispamestrado@gmail.com](mailto:ispamestrado@gmail.com)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Ajzen, I. (1988). *Attitudes, Personality and Behavior*. Open University Press.

Ajzen, I., & Cote, N. G. (2008). Attitudes and the Prediction of Behavior. In W. D. Crano & R. Prislin (Eds). *Attitudes and Attitude Change*. New York: Psychology Press.

Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1979). *Terapia Cognitiva da Depressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Beck, A. T. (1990). *Cognitive therapy of personality disorders*. New York: Guilford

Press

- Beck, J. S. (1997). *Terapia Cognitiva: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Berry, D. B. (2000). *The Domestic Violence Sourcebook*. New York: McGraw-Hill.
- Bryant, S. A., & Spencer, G. A. (2003). University Students' Attitudes about Attributing Blame in Domestic Violence. *Journal of Family Violence, 18* (6), 369-376.
- Burton, M. (2008). *Legal Responses to Domestic Violence*. New York: Routledge-Cavendish.
- Busch, R., Robertson, N., & Lapsley, H. (1995). The Gap: Battered Women's Experience of the Justice System in New Zealand. *Canadian Journal of Women and the Law, 8* (1), 190-222.
- Buzawa, E. S., & Buzawa, C. G. (1996). *Domestic Violence. The Criminal Justice Response*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Caron, S. L., & Carter, D. B. (1997). The Relationships among Sex Role Orientation, Egalitarianism, Attitudes toward Sexuality, and Attitudes toward Violence Against Women. *The Journal of Social Psychology, 137* (5), 568-587.
- Fazio, R. H. (1990). Multiple Processes by which Attitudes Guide Behavior: The MODE Model as an Integrative Framework. In M. P. Zanna (Ed) *Advances in Experimental Social Psychology, vol. 23*, 75-109.
- Fernández, M. (2006). Cultural Beliefs and Domestic Violence. *Annals of the New York Academy of Sciences, 1087* (1), 250-260.
- Finn, J. (2005). The Relationship between Sex Role Attitudes and Attitudes Supporting Marital Violence. *Sex Roles, 14* (5-6), 235-244.
- Gover, A. R., Brank, E. M., & MacDonald, J. M. (2007). A Specialized Domestic Violence Court in South Carolina. *Violence Against Women, 13* (6), 603-626.
- Karaoglu, L., Celbis, O., Ercan, C., Ilgar, M., Pehlivan, E., Gunes, G., Genc M. F., & Egri, M. (2006). Physical, Emotional and Sexual Violence during Pregnancy in Malatya, Turkey. *European Journal of Public Health, 16* (2), 149-156.
- Locke, L. M., & Richman, C. L. (1999). Attitudes toward Domestic Violence: Race and Gender Issues. *Sex Roles, 40* (3-4), 227-247.
- Logan, T. K., Shannon, L., & Walker, R. (2006). Police Attitudes Toward Domestic Violence Offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 21* (10), 1365-1374.
- Munro, N. (2008). Domestic Politics. *National Journal, 40*, (14).
- Nicolson, P., & Wilson, R. (2004). Is Domestic Violence a Gender Issue? Views from a

- British City. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14, 266-283.
- Russel, M., & Light, L. (2006). Police and Victim Perspectives on Empowerment of Domestic Violence Victims. *Police Quarterly*, 9 (4).
- Schwarz, N. (2008). Attitude Measurement. In W. D. Crano & R. Prislin (Eds). *Attitudes and Attitude Change*. New York: Psychology Press.
- Smith, M. D. (1990). Patriarchal Ideology and Wife Beating: A Test of a Feminist Hypothesis. *Violence and Victims*, 5, 257-273.
- Stalans, L. & Finn, M. (2006). Public's and Police Officer's Interpretation and Handling of Domestic Violence Cases: Divergent Realities. *Journal of Interpersonal Violence*, 21 (9), 1129-1155.
- Stephens, B. J. & Sinden, P. G. (2000). Victim's Voices. Domestic Assault Victims' Perceptions of Police Demeanor. *Journal of Interpersonal Violence*, 15 (5), 534-547.
- Stickley, A., Kislitsyna, O., Timofeeva, I., & Vagerö, D. (2008). Attitudes toward Intimate Partner Violence against Women in Moscow, Russia. *Journal of Family Violence*, 23 (6), 447-456.
- Straus, M. A., Kantor, G. K., & Moore, D. W. (1997). Change in Cultural Norms Approving Marital Violence from 1968 to 1994. In G. Kantor & J. Jasinski (Eds.) *Out of the Darkness: Contemporary Perspectives on Domestic Violence*. Thousand Oaks: Sage publications.
- Sun, I. Y. (2007). Policing domestic violence: Does officer gender matter? *Journal of Criminal Justice*, 35, 581-595.
- Wei, R. (2007). Effects of Playing Violent Videogames on Chinese Adolescents' Pro-Violence Attitudes, Attitudes toward others, and Aggressive Behavior. *CyberPsychology & Behavior*, 10 (3), 371-380.
- Williams, L., Gallo, A. E., Maldonado, D. A., Brino, R. F. & Basso, A. F. (2000). Oficina de Psicologia para Policiais da Delegacia da Mulher: Um Relato de Experiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2 (2), 97-113.